

MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Aviso n.º 12504/2015

Luís Filipe Soromenho Gomes, presidente da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, torna público, nos termos do disposto no n.º 1, n.º 4 e n.º 6 do artigo 13.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua versão mais recente, dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que a câmara municipal, na reunião de 14 de abril de 2015 e a assembleia municipal, na sessão 27 de abril de 2015 aprovaram a Proposta de alteração da delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Vila Real de Santo António — Núcleo Pombalino, que compreende o seguinte:

1 — A Área de Reabilitação Urbana de Vila Real de Santo António passará a corresponder às 3 Unidades de Execução anteriormente criadas acrescida das unidades de execução 4 e 5 e passará a estar delimitada a norte pela Rua do Exército, a sul pela Rua João Mateus de Abecassis, a este pela Avenida da República e a oeste pela Rua Dr. Oliveira Martins e Rua Jacinto José de Andrade.

2 — A Operação de Reabilitação Urbana para toda a área é regulada pelo Plano de Pormenor de Salvaguarda do Núcleo Pombalino de Vila Real de Santo António, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 239 — 11 de dezembro de 2008, sendo os seus limites coincidentes com a nova delimitação. A operação enquadra-se na figura de Operação de Reabilitação Urbana Sistemática.

3 — A entidade gestora, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua redação atual, continuará a ser a VRSA Sociedade de Gestão Urbana, E. M., S. A.

4 — Mantém-se, na Área de Reabilitação Urbana de Vila Real de Santo António, a atribuição dos seguintes benefícios fiscais em sede de impostos municipais, constantes do artigo 71.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais:

i) Os prédios urbanos objeto de ações de reabilitação são isentos de imposto municipal sobre imóveis por um período de cinco anos, a contar do ano, inclusive, da conclusão da mesma reabilitação.

ii) São isentas do IMT as aquisições de prédio urbano ou de fração autónoma de prédio urbano destinado exclusivamente a habitação própria e permanente, na primeira transmissão onerosa do prédio reabilitado.

5 — Nos termos da alínea i) do n.º 2 do artigo 33.º, do artigo 36.º, dos artigos 44.º a 48.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua redação atual, são delegados à VRSA, SGU, E. M., na qualidade de entidade gestora dos Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana, os seguintes poderes e competências:

i) As competências para a prática dos atos administrativos inseridos nos procedimentos de licenciamento e de comunicação prévia de operações urbanísticas, e ainda de autorização de utilização, que, nos termos do disposto no regime jurídico da urbanização e da edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, sejam da competência da câmara municipal ou do seu presidente;

ii) Inspeções e vistorias, nomeadamente as competências para ordenar e promover, em relação a imóveis localizados na respetiva área de reabilitação urbana ou na área de intervenção da SRU, a realização de inspeções e vistorias de fiscalização, nos termos previstos no regime jurídico da urbanização e da edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro;

iii) Adoção de medidas de tutela da legalidade urbanística nos termos previstos no regime jurídico da urbanização e da edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro;

iv) Cobrança de taxas;

v) Receção das cedências ou compensações devidas.

6 — Nos termos dos artigos 54.º a 64.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua redação atual, são expressamente delegados na VRSA Sociedade de Gestão Urbana, E. M., S. A., na qualidade de entidade gestora dos Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana, os poderes necessários para o desenvolvimento dos seguintes instrumentos de execução:

i) Imposição da obrigação de reabilitar e obras coercivas;

ii) Empreitada única;

iii) Demolição de edifícios;

iv) Direito de preferência;

v) Arrendamento forçado;

vi) Servidões;

vii) Expropriação;

viii) Venda forçada;

ix) Reestruturação da propriedade.

16 de outubro de 2015. — O Presidente da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, *Luís Filipe Soromenho Gomes*.

209030822

MUNICÍPIO DE VISEU

Regulamento n.º 744/2015

António Joaquim Almeida Henriques, Presidente da Câmara Municipal de Viseu, torna público, nos termos do n.º 1 do artigo 56.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que por proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião ordinária do dia 27 de agosto de 2015, a Assembleia Municipal, nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, aprovou, em sessão ordinária, realizada no dia 25 de setembro de 2005, o Regulamento Municipal para Atribuição de Bolsas de Estudo aos Alunos do Ensino Superior que Pertencam a Famílias Numerosas e Carenciadas.

15 de outubro de 2015. — O Presidente da Câmara Municipal, *António Joaquim Almeida Henriques*.

Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Alunos do Ensino Superior do Município de Viseu de Famílias Numerosas e Carenciadas

Preâmbulo

Considerando que a educação e a formação integram de forma indelével o capital humano e concorrem para uma sociedade mais equilibrada, capaz de responder à contínua mudança que caracteriza o mundo contemporâneo;

Considerando que o Município de Viseu pretende, de forma estruturada, transversal e multidisciplinar, promover o desenvolvimento educativo dos jovens do Concelho;

A atribuição de auxílios económicos reveste-se de crucial relevância enquanto forma de minorar desigualdades económicas e sociais, concretamente no caso de famílias numerosas, incentivando o acesso destes estudantes ao ensino superior;

Assim, no âmbito do poder regulamentar conferido às autarquias locais como consignado no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e no exercício da competência prevista na alínea hh) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, a Câmara Municipal delibera atribuir bolsas de estudo a alunos do ensino superior do Município de Viseu, submetendo o presente projeto de regulamento à Assembleia Municipal para aprovação, em cumprimento do disposto na alínea K) do n.º 1 do citado artigo 33.º

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Artigo 1.º

Âmbito de aplicação

O presente Regulamento estabelece as normas aplicáveis à atribuição de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior, cujo agregado familiar resida pelo menos há três anos no concelho de Viseu e que ingressem ou frequentem estabelecimentos de ensino superior no território nacional, tendo por objetivo a obtenção do grau académico de licenciado.

Artigo 2.º

Definições

Tendo por finalidade a aplicação do presente regulamento, entende-se por:

i) Estabelecimento de Ensino Superior — aquele que ministra cursos superiores homologados pelo Ministério de Educação e Ciência;

ii) Rendimento Bruto Anual do agregado familiar do estudante — a soma dos rendimentos auferidos, por todos os elementos do agregado familiar, durante um ano;

iii) Rendimento mensal per capita — o duodécimo da soma dos rendimentos auferidos pelos elementos do agregado familiar, dividido por cada um dos seus elementos;

iv) Aproveitamento escolar — a aprovação em pelo menos 80 % dos ECTS na frequência do ano letivo anterior à candidatura;

v) Agregado familiar do estudante — conjunto de pessoas constituídos pelo próprio e pelos que com ele vivem em comunhão de habitação e rendimentos;

vi) Família numerosa — família constituída por três ou mais filhos.

Artigo 3.º

Princípios

A atribuição das bolsas de estudo rege-se pelos princípios gerais da atividade administrativa conforme o capítulo III do Código do Procedimento Administrativo.

Artigo 4.º

Bolsas de Estudo

1 — Por ano letivo são atribuídas 20 (vinte) bolsas de estudo, das quais doze são destinadas a alunos provenientes de famílias numerosas.

2 — A atribuição das bolsas de estudo poderá ser cumulativa com outras bolsas.

Artigo 5.º

Montante das Bolsas

1 — As bolsas de estudo a atribuir serão no valor anual de 900,00€ (novecentos euros) cada.

2 — Serão, eventualmente, atualizadas nos termos a definir pela Câmara Municipal de Viseu.

Artigo 6.º

Forma de Pagamento das Bolsas

As bolsas de estudo serão pagas em duas tranches de 450,00€ (quatrocentos e cinquenta euros) cada, sendo a primeira tranche paga em março e a segunda em junho.

CAPÍTULO II

Do Procedimento de Atribuição das Bolsas de Estudo

Artigo 7.º

Condições de candidatura

1 — Poderão candidatar-se os estudantes que cumulativamente reúnam os seguintes requisitos:

- a) Nacionalidade portuguesa ou autorização de residência em Portugal, emitida pelas autoridades competentes;
- b) Agregado familiar residente em Viseu há pelo menos três anos;
- c) Aproveitamento escolar;
- d) Não ser titular de qualquer curso superior.

2 — Situações excecionais, devidamente fundamentadas, poderão ser apreciadas pela Câmara Municipal de Viseu.

Artigo 8.º

Formalização e instrução da candidatura

1 — Os procedimentos de candidatura à atribuição de bolsas de estudo iniciam-se mediante requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Viseu.

2 — Sempre que não seja possível ao candidato entregar todos os documentos exigidos deverá subscrever declaração anexa à candidatura, esclarecendo os motivos que condicionam a entrega do(s) referido(s) documento(s), comprometendo-se a fazê-lo em tempo útil, sob pena de ser excluído do procedimento.

3 — O requerimento é acompanhado dos seguintes elementos:

- a) Fotocópia do Bilhete de Identidade e Cartão de Contribuinte ou do Cartão Cidadão do candidato.
- b) Atestado de residência no concelho pelo menos há três anos, emitido pela Junta de Freguesia, com indicação da composição do agregado familiar;
- c) Certificado de matrícula no respetivo Estabelecimento de Ensino Superior, com menção ao aproveitamento escolar relativamente ao ano anterior, bem como à média obtida. Para os alunos que ingressem pela primeira vez no ensino superior é suficiente o certificado de matrícula;
- d) Declaração comprovativa dos rendimentos do agregado familiar (declaração IRS — modelo 3) do ano anterior, ou certidão de isenção de apresentação da declaração, emitida pela repartição de finanças, referente a todos os membros do agregado familiar a viver em economia comum;
- e) Quando o rendimento do agregado familiar é proveniente de trabalho por conta própria, participações sociais, ou outros, o candidato deve juntar obrigatoriamente o IES — Informação Empresarial Simplificada, declaração sob compromisso de honra de cada titular dos rendimentos indicativos da proveniência e respetiva estimativa mensal, nota de liqui-

dação do IRS do ano anterior, bem como anexar declaração da Segurança Social comprovativa da realização dos respetivos descontos;

f) Fotocópia dos últimos 3 recibos de vencimento dos elementos do agregado familiar do candidato que se encontram ativos;

g) Declaração do Rendimento Social de Inserção, se for o caso, emitida pela Segurança Social, onde conste a composição do agregado familiar, o valor da prestação e os rendimentos para efeito de cálculo da mesma;

h) Se for o caso declaração emitida pela Segurança Social da área de residência, comprovando a situação de desemprego, da qual conste o montante do subsídio auferido, data de início e termo;

i) Documento comprovativo da inscrição no Instituto de Emprego e Formação Profissional de todos os elementos do agregado familiar que se encontrem na situação de desemprego;

Artigo 9.º

Prazo de apresentação das candidaturas

O prazo para apresentação das candidaturas à atribuição das bolsas de estudo decorre de 1 a 15 de Novembro de cada ano.

Artigo 10.º

Apreciação liminar

1 — Compete ao Presidente da Câmara Municipal de Viseu ou ao Vereador com a competência delegada, decidir as questões de ordem formal e processual que obstem ao conhecimento das candidaturas.

2 — Compete ao Presidente da Câmara Municipal de Viseu ou ao Vereador com a competência delegada estipular o prazo útil mencionado no n.º 2 do artigo 8.º, sendo o candidato notificado do mesmo.

Artigo 11.º

Dever do bolseiro

Constitui obrigação do bolseiro fornecer documentação adicional e prestar os esclarecimentos que lhe sejam solicitados pelo Gabinete de Educação nos prazos fixados para o efeito.

Artigo 12.º

Seleção das Candidaturas

1 — Para efeitos de atribuição das bolsas de estudo serão consideradas as candidaturas dos alunos cujo rendimento mensal per capita seja menor que o indexante de Apoios Sociais fixado para o ano civil em que seja apresentada a candidatura, bem como dos alunos provenientes de famílias numerosas.

2 — As 20 bolsas serão atribuídas da seguinte forma:

a) São atribuídas 8 (oito), aos alunos que se posicionem nos 8 primeiros lugares da lista definitiva de candidatos, ordenada de forma crescente conforme o rendimento mensal per capita do agregado;

b) São atribuídas 12 (doze), aos alunos provenientes de famílias numerosas que se posicionem nos 12 primeiros lugares da lista definitiva de candidatos, ordenada de forma crescente conforme o rendimento mensal per capita do agregado.

Artigo 13.º

Cálculo do rendimento mensal per capita

O cálculo do rendimento mensal *per capita* do agregado familiar é efetuado em conformidade com a seguinte fórmula:

$$RM = [R - (C + H + S)] / 12 \cdot N$$

RM = Rendimento mensal per capita;

R = Rendimento bruto anual do agregado familiar;

C = Total de contribuições pagas;

H = Encargos anuais com habitação (máximo 2.500,00€);

S = Despesas de saúde não reembolsadas (máximo 1.200,00€);

N = Número de pessoas que compõem o agregado familiar.

Artigo 14.º

Análise e classificação

A análise, classificação e a lista de ordenação das candidaturas será efetuada pelo Gabinete de Educação até 31 de Dezembro.

Artigo 15.º

Rejeição das candidaturas

As candidaturas serão rejeitadas:

a) Quando o rendimento mensal per capita do candidato for igual ou superior ao indexante de apoios sociais fixado para o ano civil em causa;

b) A alínea anterior não se aplica aos candidatos provenientes de famílias numerosas;

c) Quando o rendimento mensal per capita do candidato seja superior ao rendimento mensal per capita do candidato ordenado em 8.º lugar;

d) Quando o rendimento mensal per capita do candidato proveniente de família numerosa seja superior ao candidato ordenado em 12.º lugar.

Artigo 16.º

Aprovação das candidaturas

A competência para aprovação e rejeição das candidaturas é da Câmara Municipal de Viseu, nos termos do disposto na alínea *hh*) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei 75/13, de 12 de setembro.

Artigo 17.º

Lista provisória

Da proposta de deliberação tomada nos termos do artigo anterior, fará parte a lista provisória das candidaturas aprovadas e rejeitadas, devendo a mesma ser publicitada no *portal* digital do Município e disponibilizada para consulta no Gabinete de Educação.

Artigo 18.º

Audiência dos interessados

1 — Os interessados dispõem do prazo de dez dias úteis, contados da data da publicitação da lista provisória para, por escrito, se pronunciarem.

2 — Findo o referido prazo é elaborada lista definitiva das candidaturas, para que nos termos do artigo 16.º seja tomada deliberação final.

Artigo 19.º

Cessação das Bolsas de Estudo

Constitui fundamento de cessação da bolsa de estudo:

- a) Desistência da frequência do curso superior;
- b) Prestação de falsas declarações, inexatas ou omissão de informação no processo de candidatura;
- c) Incumprimento das disposições constantes no presente regulamento.

Artigo 20.º

Sanções

1 — Sempre que se verifique a cessação da bolsa de estudo, o Presidente da Câmara Municipal ou o Vereador com a competência delegada, pode ordenar a restituição ao Município das quantias indevidamente recebidas pelo bolseiro.

2 — A ordem de restituição a que se refere o número anterior é antecedida de audiência ao interessado, dispondo este de 10 dias úteis a contar da data da notificação para se pronunciar sobre o conteúdo da mesma.

3 — As falsas declarações, para além de fazerem incorrer o bolseiro em responsabilidade criminal e de implicar a perda do direito à bolsa no ano letivo correspondente, determina a interdição de candidatura no ano letivo seguinte.

Artigo 21.º

Fiscalização

1 — A fiscalização do cumprimento das normas constantes do presente regulamento compete ao Presidente da Câmara Municipal, com faculdade de delegação em qualquer dos vereadores.

2 — No exercício da sua atividade de fiscalização, o Presidente da Câmara Municipal é auxiliado por trabalhadores municipais no âmbito do Gabinete de Educação ou quem nomear para o efeito.

Artigo 22.º

Publicitação

Serão publicitados através de Edital a fixar no Edifício Sede do Município e nas sedes das Freguesias do concelho, num jornal local e na página eletrónica do Município:

- a) O prazo para apresentação das candidaturas para atribuição das bolsas;
- b) O aviso da lista definitiva dos candidatos e respetiva deliberação camarária.

CAPÍTULO III

Disposições Finais

Artigo 23.º

Dúvidas e omissões

Todas as dúvidas ou omissões que eventualmente possam ocorrer serão resolvidas mediante deliberação da Câmara Municipal.

Artigo 24.º

Direito subsidiário

Na insuficiência expressa do presente regulamento aplica-se subsidiariamente o Código do Procedimento Administrativo.

Artigo 25.º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no *Diário da República*.

209029738

FREGUESIA DO LUMIAR

Aviso n.º 12505/2015

Em cumprimento do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, que aprovou em anexo a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), torna-se público que o trabalhador Ernesto Rodrigues Gonçalves Brito, com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, constituído por contrato de trabalho em funções públicas celebrado em 1 de maio de 1993, integrado na carreira e categoria de Assistente Operacional, na posição remuneratória 4 e nível 4, do mapa de pessoal da Junta de Freguesia do Lumiar, cessou a modalidade de vínculo de emprego público, em 14 de novembro de 2014, por motivo de falecimento.

7 de outubro de 2015. — O Presidente, *Pedro Delgado Alves*.

309014769

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE ALMADA

Aviso n.º 12506/2015

Concluída a aplicação dos métodos de seleção, o júri indicou três candidatos suscetíveis de serem designados com vista ao provimento do cargo posto a concurso, remetendo para as respetivas atas, em anexo e que se dão por reproduzidas, os fundamentos da escolha de cada um deles.

Face a esses fundamentos, não se mostra necessário realizar a entrevista de avaliação prevista no artigo 19.º, n.º 6, da Lei n.º 2/2004, de 15.1, aplicável ao caso por força do disposto no artigo 2.º-1 da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.

Assim, ao abrigo do disposto no artigo 19.º-6 da Lei n.º 2/2004 e no artigo 23.º da Lei n.º 49/2012, por analogia e no uso da competência delegada (deliberação do C.A. de 31.10.2013/repartição de competências), designo o candidato Carlos Manuel Cavaco de Sousa para ocupar o cargo de diretor-delegado dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada.

O Presente despacho produz efeitos a partir da deliberação de provimento.

Nota Curricular

I — Identificação:

Nome — Carlos Manuel Cavaco de Sousa;
Data de Nascimento — 16 de março de 1969;
Naturalidade — Lisboa

II — Habilitações Académicas:

Licenciatura em Engenharia Mecânica, ramo de Termodinâmica Aplicada no Instituto Superior Técnico;
Pós-graduação em Qualidade e Ambiente no Instituto Superior de Línguas e Administração de Santarém;
Pós Graduação em Políticas de Transportes no Instituto Superior Técnico.